

Desafios da educação brasileira no contexto do capital: uma breve análise pós auge pandemia COVID-19

Autora:

Janiara de Lima Medeiros

Pedagoga, especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica; em Ensino Aprendizagem de Língua Portuguesa e Literaturas e em Docência no Ensino Superior

DOI: 10.58203/Licuri. 83088

Como citar este capítulo:

MEDEIROS, Janiara de Lima. Desafios da educação brasileira no contexto do capital: uma breve análise pós auge pandemia COVID-19. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 82-97. v. 2.

ISBN: 978-65-999183-0-8

Resumo

O desenvolvimento do sistema capitalista preconiza o progresso, porém, esse processo se dá por meio da acumulação de riquezas e atinge dimensões, na maioria das vezes, destrutivas à humanidade, em seus aspectos físico, psíquico ou social. Igualmente, no capital encontra-se a evidente contradição entre as relações harmônicas familiares associada ao compromisso com o trabalho e com a produção das empresas familiares, enfatizando o mundo da produtividade e lucratividade bem como da precarização do trabalho e do desemprego, ao identificar na própria família uma instituição de reprodução financeira. Dos diversos impactos causados pela pandemia da COVID-19 iniciada em dezembro/2019, busca-se aqui fazer uma análise sobre os desafios educacionais que o Brasil encontra no cenário do Capital três anos após instaurada a epidemia. Provoca-se aqui uma reflexão sobre o desemprego nas diversas instituições como um dos resultados da desigualdade educacional em que, num círculo vicioso, gera a desigualdade social. A educação brasileira vivência em vários aspectos o capitalismo nacional e as estruturas socioeconômicas culturais. Assim este artigo visa perquirir sobre a educação cujo desafio é mantê-la democrática, inclusiva e acessível a todos apesar desse contínuo desnivelamento socioeconômico, buscando em autores, principalmente em Gramsci, reflexões sobre as estruturas e as desestruturas do capitalismo nacional.

Palavras-chave: Desigualdade Socioeconômico. Cultura. Antonio Gramsci.

INTRODUÇÃO

Uma escola pública, laica, democrática, inclusiva e acessível a todos, independentemente de qualquer condição, é a escola que almejamos, mas é também um desafio para a educação no contexto da sociedade em que vivemos, sob a égide do capitalismo e cindida em classes.

O desequilíbrio econômico por que passa o Brasil atual desenvolve uma situação porvindoura de difícil planejamento. Dessa forma, a educação que está atrelada ao capitalismo no Brasil, promove emergir comportamentos defensivos; “Em um estado de anormalidade econômica, as decisões de certos grupos de agentes (empresários, por exemplo) não correspondem a um padrão esperado”. (SICSU, 2019).

Em sua fase atual, o capitalismo é marcado pela espoliação da força do trabalho, ou seja, da superexploração dos trabalhadores. Diante disso, pode-se questionar: capitalismo e democracia podem andar juntos?

Questionamentos e reflexões acerca de políticas públicas educacionais, trabalho, educação, democracia, economia, entre outras categorias de análise da nossa conjuntura sócio-política eram tão importantes antes da crise sanitária que estabeleceu um marco temporal mundial, como atualmente. Objetiva-se neste trabalho compreender os desafios da educação brasileira após as mudanças técnicas e tecnológicas ocorridas diante da necessidade do enfrentamento da Covid-19 neste período de dezembro de 2019 a janeiro de 2023.

Busca-se aqui fazer uma análise sobre os desafios educacionais que o Brasil encontra no cenário do Capital três anos após instaurada a epidemia.

A escola como uma instância social reproduz as relações sociais vigentes na sociedade, assim, no ambiente escolar, as hierarquias e os valores sociais são mantidos impedindo uma transformação social. Sob o contexto dos princípios que regem a sociedade, ou seja, o sistema capitalista, o projeto educacional é regido pelo mercado e voltado para o capital humano objetivando a produtividade e o crescimento econômico. As desigualdades diversas são reproduzidas para manter o distanciamento entre as classes.

No Brasil, a pandemia causada pelo Coronavírus acentuou as desigualdades socioeconômicas, de gênero, étnico-raciais, dentre outras, tidas, historicamente, como naturais e justificadas pela meritocracia. Ruy Braga (2017, p.27-53) ressalta que o

desenvolvimento do capitalismo e da industrialização no Brasil foram feitos, principalmente, a partir da expansão do precariado, ou seja, aqueles trabalhadores mais precarizados, espoliados de direitos sociais, por exemplo, ex-escravizados, nordestinos, dentre outros, acentuando as desigualdades.

Trazer para o centro do debate as desigualdades sociais e suas interseccionalidades reproduzidas pela escola é fundamental para pensar possibilidades de luta contra hegemônica e de resistência ao capitalismo por meio de uma educação que se paute em novos modos de relações sociais entre os indivíduos de uma nação.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo tecer reflexões sobre as desigualdades sociais refletidas na educação brasileira, discutindo os desafios da instituição escolar no contexto capitalista.

METODOLOGIA

A estrutura do texto está organizada da seguinte forma: iniciamos abordando a sociedade marcada pelas desigualdades tendo o capitalismo como pano de fundo; em seguida, tratamos da questão das desigualdades no Brasil e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia no país; e por último, trazemos uma reflexão sobre a escola no contexto dessa sociedade para pensarmos em possibilidades de resistência ao projeto conservador-capitalista-burguês pela via da educação.

Dessa forma, a abordagem apresenta hipótese levantadas por meio de observação, e será desenvolvida por pesquisa-ação cuja metodologia se constitui em empreender alterações organizacionais, visto que aceita o embasamento em pesquisadores que “identificaram o problema em seu trabalho de pesquisa e deseja estudá-lo para contribuir para a melhora da realidade vigente”¹.

A SOCIEDADE CAPITALISTA E SEUS INDIVÍDUOS

As desigualdades marcam a sociedade em que vivemos que é burguesa e fundada no capitalismo. Pensar no exercício da democracia, ou seja, na participação dos cidadãos na

¹ AC – Artigos Científico. Disponível em <https://artigocientifico.com.br/guia-completo-de-metodologia-cientifica/#>. Acesso out/2022.

vida comum, em uma sociedade cindida em classes, que se baseia na exploração de uma classe sobre outras, sob a égide do capital, constitui um grande desafio. Oliveira e Algebaile (2019) questionam se a democracia como um valor universal, nos termos de Nelson Coutinho, ainda é um modelo forte na sociedade capitalista dos dias atuais. Afinal a democracia moderna tem seus limites e contradições, próprias da sociedade brasileira.

Nos séculos XVII e XVIII, a burguesia se impôs proclamando que todos os indivíduos deveriam ser livres, iguais e independentes. Assim questionou a legitimidade do poder real e denunciou o controle excessivo do Estado mercantilista em defesa da propriedade privada (ARANHA, 2006). O liberalismo, corrente política e econômica, que expressou os interesses da burguesia, defende que o Estado não deve intervir nas relações econômicas que existem entre indivíduos, classes ou nações. O papel do Estado, sob essa concepção é servir “como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada” (MASCARO, 2013, p. 18). Com a decomposição do feudalismo e a ascensão da burguesia, foi implantado o capitalismo às custas da exploração e colonização de povos, da intensificação do comércio e do surgimento de novas formas de trabalho, sendo o trabalho manual substituído pelas fábricas.

A divisão social do trabalho em intelectual e manual gerou as diferentes classes sociais. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) entendem que a passagem da barbárie à civilização levou ao surgimento de uma oposição entre a cidade e o campo que, para os autores, corresponde à divisão do trabalho em manual e intelectual, que, por sua vez, pode ser entendida “como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade fundiária, como o início de uma propriedade que tem como única base o trabalho e a troca” (MARX; ENGELS, 2007, p. 56). Com a divisão do trabalho, também se diferenciam o interesse particular dos interesses comuns, esses últimos, por meio do Estado, como representante dos homens, mas que, na verdade, representa os interesses da classe dominante.

Da barbárie à civilização, as relações sociais se mantêm desumanas. Mesmo ressalvado todo o desenvolvimento científico e tecnológico empreendido pela humanidade, ainda assim, não foi suficiente para garantir uma convivência harmoniosa e sem hierarquias entre os seres humanos que se empenham na produção de armas e bombas e de outros artifícios para dominação de uns sobre os outros.

De acordo com Marx (1996, p. 23-51) as contradições do sistema capitalista engendrado pela burguesia revelam-se na mesma sociedade burguesa que defendeu a liberdade, igualdade e fraternidade, negou esses princípios aos seus indivíduos e por meio do empenho no domínio da natureza, engendrou o colonialismo pelo mundo produzindo catástrofes sociais e ambientais.

O sistema capitalista tem como fundamentos o acúmulo de riqueza, o lucro desenfreado e a propriedade privada dos meios de produção. Na medida em que busca a sua expansão é, também, responsável por consequências desastrosas no mundo, sendo caracterizado pela ensaísta e romancista francesa, Viviane Forrester, como um “horror econômico” (FORRESTER, 1997. *Apud* MEDEIROS, 2013).

O capitalismo é “um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade” (CATANI, 2017, p. 136). O trabalhador, por sua vez, vende a sua força de trabalho ao capitalista, como meio de subsistência, sendo essa a sua mercadoria. Virgínia Fontes (2010) aborda o capital-imperialismo como uma reorganização do capitalismo em sua escala de expansão em que predomina o capital monetário em substituição ao capital concorrencial, avassalador e expropriador. Para a autora, a concentração de recursos e a recriação permanente de formas de expropriações sociais são as faces do capitalismo que se concretizam por meio da extração de mais-valor, ou seja, “a produção de valor pelo trabalho e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho, o que obscurece o sobretrabalho” (FONTES, 2010, p. 21).

Nesse sentido, o capital conta com uma base social e massiva disponível, convertida em necessidade, para a “venda de força de trabalho sob quaisquer condições”, sendo essa, portanto, “condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (FONTES, 2010, p. 22).

O capitalismo, em sua fase atual, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, tem aprofundado neste século. De acordo com Medeiros (2021, p.105-107), o sistema pautado sob o capital tem sido um forte elemento do século XXI. Neste sentido, entende-se que o capitalismo de plataforma tem-se caracterizado pela ausência de direitos sociais e a desregulamentação das leis trabalhistas, sendo denominado de “uberização” (MEDEIROS, 2021, p.108),). Dependente da exploração da força de trabalho, a expansão do capital e a internacionalização da produção com a consolidação das grandes corporações

multinacionais são as principais características dessa fase, onde se insere o capitalismo brasileiro, denominado de ultraliberalismo.

A desterritorialização do capital, ou seja, a ausência de fronteiras, permite e possibilita que o capitalismo se espalhe pelos países com suas políticas de espoliação do trabalho em nome do desenvolvimento e do aperfeiçoamento tecnológico desorganizando e esfacelando a classe trabalhadora pelo mundo. Assim, “a economia se globalizou, com corporações transnacionais e gigantes financeiros operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo em grande parte nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes” (DOWBOR, 2017, p. 10). O projeto ultraneoliberal ou capital-imperialista prevê também a privatização dos serviços públicos e a mercadorização de tudo.

A consequência da ação do capitalismo é o extermínio da população excedente que é invisibilizada pelo capital. A culpabilização pela pobreza no mundo é associada ao fato de que os países pobres não conseguiram “aproveitar a oportunidade” da globalização (MEDEIROS, 2013). Assim, a pobreza é administrada por órgãos supranacionais, mas sem eliminá-la, pois a sua existência interessa ao capital, ou seja, é um meio de evitar ameaças sociais a sua reprodução, segundo Marx (1996, p. 90-95) e, desta forma, o capitalismo mantém as massas sociais afastadas do poder político e econômico (MARX, 1996, p. 135)

Qual é o lugar e o papel do indivíduo nessa sociedade? Como se dá a relação entre indivíduo e sociedade? Ao refletir sobre como os indivíduos se tornam indivíduos destacando o desafio de articular as experiências pessoais e o jogo coletivo (SETTON; SPOSITO, 2013, p. 249), interpreta-se quanto aos processos sociais sob os quais os indivíduos estão submetidos e num olhar coletivo, o sujeito integrado as lutas de classes protagonizando seu papel de militante quanto “não só fatores econômicos, mas também fatores políticos, ideológicos, institucionais e até estritamente concernentes às pessoas dos protagonistas dos eventos histórico” (MARX, 1996, p.12). A individuação é influenciada por questões identitárias (cor, etnia, classe social etc.), e o seu estudo pode desvelar problemáticas sociais. Para Martuccelli (2010), na sociedade industrial, os indivíduos foram produzidos socialmente de maneira fortemente homogênea, padronizada, influenciada pelo fordismo. Porém, atualmente, para o autor, é necessário reconhecermos:

la singularización creciente de las situaciones. Es cada vez menos probable encontrarnos con ‘clones’ sociológicos, o sea, con individuos que han tenido las mismas experiencias, en los mismos lugares, en los mismos momentos; en breve, con individuos que poseen trayectorias gemelas a las nuestras. La diferenciación de experiencias es la regla y tras ella se afirma la expansión de la singularidad. Ningún diferencial de genio sociológico existe entre nuestros antepasados y nosotros: hoy como ayer, los individuos están bajo la impronta de condiciones sociales e históricas, pero allí donde ayer el proceso de individuación acentuaba la estandarización, hoy consolida la singularización (MARTUCCELLI, 2010, p. 27).

Martuccelli (2010) propõe a Teoria da Individuação para compreendermos os mecanismos que produzem os sujeitos em diversos contextos, portanto, é necessário atentarmos e analisarmos as experiências históricas particulares dos indivíduos na sociedade.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS DESIGUALDADES NO BRASIL

Florestan Fernandes (1976), em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, capturou o percurso de formação do capitalismo brasileiro, no século passado, que se desenvolveu de modo peculiar, implementado pela burguesia brasileira, por sua vez, subalterna ao exterior. Além disso, o país se inseriu no contexto do capital e da internacionalização de forma tardia, assim como os demais países latino-americanos, que sofreram processos de colonização, exploração e extração, bem como ditaduras e autocracias. Ainda marcou esse processo no Brasil a forte influência do pensamento colonial e escravocrata na economia do país, de caráter dependente.

No Brasil, o capitalismo se desenvolveu alinhado à aristocracia da burguesia brasileira. Com isso, não houve a implantação do regime democrático, mas sim, um Estado autocrático, com um processo de dominação burguesa de caráter permanentemente contra revolucionário - antecipando-se com mais exploração a qualquer rumor de revolução trabalhista. Com as particularidades do capital brasileiro, esse processo é caracterizado por uma democracia blindada e restrita típica (DURIGUETTO; DEMIER, 2017).

Embora submissa ao capital internacional, a burguesia brasileira engendra seus projetos sob a exploração e desvalorização da força do trabalho, para tanto, alia-se a

governos antidemocráticos ou ultraconservadores. É o caso do governo atual, que encontrou eco e o apoio necessário da burguesia brasileira para ascender ao poder, tendo como pauta o tripé pátria-religião-família, como analisado por MEDEIROS (2021, p. 32-37; 82-100). Quando o governo do Partido dos Trabalhadores não atendeu mais aos seus anseios, a burguesia, que se viu diante de uma perda de poder econômico com a crise de 2008, se articulou junto a outros setores da sociedade para promover a saída da ex-Presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do atual governo, que nega a ciência em favor de ideias baseadas no senso comum, enquanto segue com a disseminação de *fake news*.

As políticas de austeridades têm sido defendidas pelas mídias e pelo governo brasileiro como uma alternativa viável para o contexto de crise econômica e de aumento da dívida pública, exigindo reformas estruturais na atuação do Estado brasileiro. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, em um país tão desigual como o Brasil, coloca em risco as populações mais vulneráveis. O livro ‘Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil’ nos leva à compreensão de como as desigualdades são aprofundadas com o desinvestimento que a educação e outras áreas sociais prioritárias vêm sofrendo. Um triste exemplo é o caso da população negra que está “mais sujeita à violência, à precariedade no mercado de trabalho, tem menos acesso a direitos sociais e menor renda”, ou seja, as políticas direcionadas à população vulnerável são essenciais, porém, o que temos visto é o Estado cada vez mais recuar-se do cumprimento de sua função de prover os direitos básicos dos cidadãos (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 12). Ideia engendrada pelo liberalismo, mas atualizada pelo neoliberalismo e ultraliberalismo.

Os autores do referido livro revelam o que está por trás das políticas de austeridade:

(...) a austeridade tem uma longa história de fracassos porque, no fundo, trata-se de um programa de concentração de renda e riqueza. Para além de perigosa, a austeridade fiscal é uma ideia falaciosa, repetida incessantemente pelo governo e pelos meios de comunicação no Brasil e no mundo. Desconstruir essa ideia e a retórica que a sustenta é uma tarefa necessária (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 12).

As consequências perversas da escravização de negros são sentidas até os dias atuais condenando a população negra aos postos de trabalho mais explorados e às condições mais desfavoráveis. Como destaca Schwarcz (2019), “o maior legado do sistema escravocrata,

aqui vigente por mais de três séculos, não seria uma mestiçagem a unificar a nação, mas antes a consolidação de uma profunda e entranhada desigualdade social” (p. 14). O mito “da democracia racial” constitui a falácia difundida de que não existe racismo no Brasil. Quem ocupa as filas de desempregados, os postos de trabalho mais subalternizados e precarizados, a parcela pobre da população? O racismo no Brasil é velado e estrutural, ou seja, faz parte de sua estrutura, denunciado pelo movimento negro no Brasil. De acordo com Schwarcz (2019):

E por que será que destacamos sempre a falta de hierarquia de nossas relações sociais quando nosso passado e nosso presente a desmentem? Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores viraram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais (p. 19).

Negros, indígenas e brancos, ricos e pobres, pessoas com deficiência e aqueles que não a apresentam, homens e mulheres e pessoas sob diferentes condições coabitam em mundos diferentes no mesmo país. O acesso aos direitos básicos se dá de forma diferenciada entre os cidadãos de acordo com sua condição socioeconômica ou étnico-racial, física, cognitiva, sensorial, gênero, dentre outras. De acordo com Vianna e Bortolini (2020), sua pesquisa revela que as conquistas relacionadas à igualdade de gênero podem estar ameaçadas com o avanço conservador antigênero o que representa mais desigualdades:

Se há algo que podemos reter nessa e em outras pesquisas recentes por nós desenvolvidas é que o lugar do gênero e da produção das sexualidades nas políticas de educação é um lugar ainda por se consolidar. É, portanto, objeto de disputa cujo processo inconcluso, necessariamente em aberto, está permeável às diferentes concepções de educação, de direito ao

acesso, à permanência, ao conteúdo específico com profissionais qualificados para tal (VIANA; BORTOLINI, 2020, p. 19).

As políticas sociais voltadas para a inclusão de populações historicamente excluídas da sociedade são os fundamentos para a construção de uma sociedade democrática. No Brasil, tais políticas não são consenso entre a população porque a classe dominante pronuncia discursos ideológicos enfatizando a meritocracia e assim as desigualdades são naturalizadas e legitimadas.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, AS DESIGUALDADES E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO DO CAPITAL

No texto ‘É necessária a crítica radical à escola?’, Elizabeth Tunes (2011) aponta que a escola carrega o controle social da aprendizagem e, para isso, uniformiza os caminhos, as metas, os conteúdos, as estratégias, o currículo para o processo de aprender. A escola não está preparada para a imprevisibilidade, pois isso significa “ausência de controle” (p. 9). Tunes (2011) tece uma crítica à escola atual que tem como base a uniformização e a linha de montagem e pensa em uma educação como uma atividade artesanal que admita a possibilidade do inesperado. Cabe questionarmos a quem interessa uma escola que serve à padronização dos indivíduos e que não acolhe as diferenças, antes, as invisibiliza? A escola é para todos?

A história da educação no Brasil revela o projeto de sociedade implementado pela burguesia brasileira: uma educação voltada para a elite, para aqueles que iriam governar o país; e outra para os pobres, voltada para a vida prática diária. Para Anísio Teixeira, a educação livresca e conteudista fortalecia o projeto de educação das classes favorecidas, por isso se empenhou em pensar em uma escola para quem estava excluído do processo educacional ou para aqueles que fazendo parte desse processo não desfrutavam de uma educação de qualidade. Anísio Teixeira entendia a educação como uma máquina de criar democracia, portanto, propunha um sistema educacional único, tanto para as elites quanto para as massas populares (TEIXEIRA, 2011).

Os resquícios da história da educação desigual no país ainda estão presentes. Ainda que tenhamos o direito à educação garantido na Constituição Federal e uma Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional que tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o sistema social, em meio às contradições próprias da sociedade, de um modo geral mantém o encaminhamento dos filhos das elites para o trabalho intelectual e os filhos das classes trabalhadoras para os trabalhos mais subalternos:

Com a divisão social do trabalho, por um lado, como trabalho intelectual, na sua ideação planejamento, organização; e, por outro, na sua execução, como trabalho manual, pesado ou subalterno geram-se diferentes tipos de trabalhadores e diferentes posições sociais de acesso e fruição dos bens produzidos, geram-se as classes sociais. A escassez da educação ampla e completa, para os trabalhadores das classes menos favorecidas, amplia a distância entre eles e as elites escolarizadas e enriquecidas pela exploração do trabalho (CIAVATTA, 2015, p. 5).

Embora a educação seja um instrumento importante para o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, a educação para as classes subalternas quase sempre não foi prioridade, e sua implementação sempre ficou submissa a questões políticas e financeiras, mesmo sendo a escolarização um requisito para a industrialização.

Para Darcy Ribeiro, o fracasso na educação brasileira:

(...) é paralelo à nossa incapacidade de organizar a economia para que todos trabalhem e comam. Só falta acrescentar ou concluir que esta incapacidade é, também, uma capacidade. É o talento espantosamente coerente de uma classe dominante deformada, que condena seu povo ao atraso e à penúria para manter intocada, por séculos, a continuidade de sua dominação hegemônica e as fontes de seu enriquecimento e dissipação (RIBEIRO, 2018, p. 25).

Em seu entendimento, as “façanhas elitistas” são os fracassos sociais. Dos dias de Darcy Ribeiro para os dias atuais, a educação mudou em muitos aspectos, por exemplo com relação à universalização e ao acesso em instituições de educação básica e superior, ainda que com suas dificuldades. Contudo permanece sob o domínio da classe dominante,

mantém a ordem capitalista vigente e reproduz as desigualdades e mazelas da sociedade, ainda que com as contradições e as lutas de classes travadas no seio social.

Como exemplo recente e fresco das memórias dos brasileiros, pode-se citar a manutenção da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no pico da pandemia causada pelo Coronavírus. Em um momento de desastre - a catástrofe da disseminação da doença e a falta de ação para o seu combate que levou à morte de mais de 600.000 brasileiros - onde as desigualdades entre os estudantes ficaram mais evidentes, a manutenção do ENEM atendia a quem?

Nas últimas décadas, grupos e movimentos ultraconservadores têm-se destacado em disputas ideológicas influenciando fortemente a ação do Estado, como o Movimento Escola sem Partido. Juntando-se a outras instituições que representam o capital, o referido movimento tem atacado a educação apresentando questões ideológicas e se posicionando de forma alinhada ao capitalismo e seus preceitos.

Como a educação pode contribuir com a transformação desse sistema desigual? Também precisamos refletir se é possível pensar em igualdade em uma sociedade que se fundamenta na exploração e que padroniza seus indivíduos. À educação, comumente, é conferido o papel de ser a chave da transformação da sociedade. Paulo Freire esclarece que “atribuir à educação o poder de transformação do mundo, cedo ou tarde, leva todos e todas que engrossam essas fileiras a uma enorme frustração” (FREIRE, 2019, p. 38). Pois, para o autor, mesmo a educação não sendo a chave ou a alavanca da transformação social, ela é indispensável à mudança que tanto almejamos.

Para Mézáros (2008), os processos educacionais estão intimamente ligados aos processos sociais mais abrangentes. Assim é preciso haver uma transformação do quadro social para que a educação cumpra seu papel de mudança. Se não houver a mudança no quadro social, as alterações que se têm são apenas ajustes para corrigir algum ponto defeituoso, mas não para mexer na estrutura social estabelecida. Mézáros (2008) entende que os fundamentos do capitalismo são irreformáveis e sua natureza é incorrigível e sugere que a mudança radical é rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

O sistema social vigente que se fundamenta no capital se favorece com a escola padronizadora, homogeneizadora e que invisibiliza a diferença. A educação, ao reproduzir as relações sociais vigentes, não dota o indivíduo de capacidade de autonomia e

emancipação, mas sim segue a lógica da produtividade, da busca pela eficiência e incentiva a competição.

Portanto, para pensarmos em uma educação que siga na contramão da lógica da sociedade, é preciso ir além da matrícula compulsória da totalidade de estudantes na escola e avançar rumo a uma educação que entenda a diversidade como uma característica própria da sociedade e que aponte para possibilidades de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe reflexões a respeito das relações sociais vigentes na sociedade tendo como quesito de base o capitalismo e seu projeto que não se limita ao domínio econômico, mas também ao domínio das consciências. A sociedade, sob a lógica burguesa e capitalista, se constitui pela exploração de uma classe sobre as outras, mantendo um sistema de relações marcadas pelas desigualdades e justificadas pela meritocracia.

As desigualdades, sejam sociais, de gênero, geracionais, étnico-raciais, dentre outras, são fruto de uma sociedade injusta e desigual, mas que são necessárias para a manutenção das relações sociais vigentes que privilegiam aqueles que tem o padrão branco-homem-europeu. Portanto políticas e ações que venham mexer nessa estrutura, não a mudam por completo porque forças sociais antagônicas se direcionam para manter o *status* quo vigente.

Uma das forças sociais de grande impacto mundial foi marcada pela pandemia da Covid-19. Ao questionar acerca de políticas públicas educacionais, trabalho, educação, democracia, economia, entre outras categorias de análise da nossa conjuntura sócio-política no período de cerca de três anos desde que iniciou a pandemia, buscou-se refletir quanto aos desafios da educação brasileira não na esfera técnica ou tecnológica, e sim, acima tudo, no contexto do capital. Desta forma, uma análise ontológica foi priorizada em detrimento da epistemológica, a fim de buscar compreender os impactos do capital na Educação nacional no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2023.

Neste sentido, observou-se a permanência da educação escolar inserida como reprodutora da sociedade e de suas relações sociais, inclusive as familiares. Nesse cenário, o indivíduo manteve-se como centralidade no mundo do trabalho em que, os espúrios do

capitalismo evidencia uma de suas principais características: a acentuação do processo de desumanização do ser social.

Assim, é urgente trazer para o cotidiano das escolas a reflexão sobre a estrutura social vigente, as desigualdades, a exploração e espoliação do trabalho, a necessidade de lutarmos pela manutenção dos direitos sociais conquistados, dentre outros temas. Essa reflexão é essencial para que se possa conhecer as condições, os limites e as contradições sociais sob as quais a escola está inserida e assim pensar em uma alternativa escolar que se contraponha à lógica do capital e que não prescindia de princípios democráticos, de justiça social e solidariedade. E quem sabe podemos construir uma escola pública, laica, democrática, inclusiva e acessível a todos, independentemente de qualquer condição.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline; OLIVEIRA, Floriano Godinho. Gestão territorial e restrições ao exercício da democracia no Brasil. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Produção do espaço: emancipação social, o comum e a verdadeira democracia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, v. I, p. 145-165.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2006. 384 p.

AULA 2 - **Capitalismo contemporâneo, ultraliberalismo e austeridade** (Prof. convidado: Floriano José Godinho de Oliveira). Teoria e Educação I - Doutorado. PPGE/UFF. Coordenação: Maria Ciavatta, Paulo Carrano. Niterói: PPGE/UFF, 2021. (142 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXqsDxqzA1E&t=1214s>. Acesso em: 10 out. 2021.

AULA 5 - **A pesquisa em cultura e educação** (Prof. Convidado: Geovani Semerari). Teoria e Educação I - Doutorado. PPGE/UFF. Coordenação: Maria Ciavatta, Paulo Carrano. Niterói: PPGE/UFF, 2021. (144 min.), Digital, son., color. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1zupmCNfxbaYSg891XqBHVVIKJw5SDyg/view?usp=drive_web&authuser=1. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Ed. Brasiliense, 2017.

CIAVATTA, Maria. A interdisciplinaridade e a formação integrada: exercício teórico ou realidade possível? In: CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**. A historicidade da educação profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 54-70.

DOWBOR, Ladislau. **A era do Capital Improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf Acesso em: 15 out. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Argumentum, Vitória, v. 9, n.2, p. 8-19, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066/11887>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: https://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3-_L9.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica**. 3ª ed. São Paulo: Zahar, 1974.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 370 p. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/brasil_capital_imperialismo.pdf. Acesso: 27 out. 2021.

FREIRE, Ana Maria Araujo; MENDONÇA, Erasto Fortes (orgs.). **Direitos Humanos e Educação Libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MARTUCCELLI, Danilo. **La individuación como macrosociología de la sociedad singularista**. Persona y Sociedad, Santiago do Chile, v. 24, n. 3, p.9-29, 1 dez. 2010. Disponível na internet: <https://personaysociedad.uahurtado.cl/index.php/ps/article/view/196/191> Acesso em: 28 out. 2021.

MARTUCCELLI, Danilo. **Como os indivíduos se tornam indivíduos?** Entrevista com Danilo Martuccelli. Entrevistadoras SETTON, Maria da Graça J.; SPOSITO, Marília P. Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, vol. 39, n/ 01, jan/mar. 2013, pp.247-267.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (Trad. Luis Claudio de C. e Costa). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - volume I**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **A Reforma no ensino médio: Estudo crítico da lei nº 13.415/2017**. Rio de Janeiro, Editora E-Publicar, 2021.

MEDEIROS, J. L. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica ao surto do altruísmo da ciência econômica**. P. 283-359. 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

RIBEIRO, Darcy. Educação no Brasil. In: MAURÍCIO, L. V. (org.). **Darcy Ribeiro: educação como prioridade**. 1ª ed. São Paulo: Global, 2018.

SICSU, João. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. **Revista de Economia Contemporânea**. (2019) 23(1): p. 1-41 (Journal of Contemporary Economics). Classificação JEL: E32; E23; E12. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rec/a/b7qv8mW5HHLnjbvZkd8RPGWs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso out/2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; SPOSITO, Marília Pontes. **Como os indivíduos se tornam indivíduos?** Entrevista com Danilo Martuccelli. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 247-267, jan./mar. 2013.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. 429 p.

TUNES, Elisabeth. É necessária à crítica radical à escola? In: TUNES, Elisabeth (org.). **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. **Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.